

POLÍTICA INDUSTRIAL

ENTREVISTA

Luciano Coutinho

“A crítica liberal é desinformada”

O presidente do BNDES diz que o governo quer ser parceiro do empresariado, não seu tutor

David Friedlander

A MINISTRA DILMA ROUSSEFF (CASA CIVIL) ESTÁ AO TELEfone, avisa a secretária. Na ante-sala, uma equipe do Banco Central espera faz meia hora por uma audiência. No computador, um orçamento de R\$ 80 bilhões para administrar. Poucos minutos na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no centro do Rio de Janeiro, são suficientes para entender que o economista Luciano Coutinho é hoje uma das pessoas mais poderosas do governo. Ele faz parte do pequeno grupo de economistas que aconselha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em assuntos econômicos. Tem na mão o maior orçamento

para investimentos do país e está na linha de frente da nova política industrial. Anunciado no mês passado, o programa prevê, para os próximos anos, uma renúncia fiscal de R\$ 21 bilhões e investimentos de R\$ 41 bilhões em pesquisa e desenvolvimento – destinados a quem o governo julgar merecedor.

Membro da elite dos economistas brasileiros, defensor de uma participação mais forte do Estado na economia, Coutinho é apontado por economistas liberais e pela oposição como um dos responsáveis por um aparente aumento do apetite estatizante do governo – com o apoio de Dilma Rousseff. Segundo esse raciocínio, a política industrial ajudaria o governo a exercer um controle político maior sobre setores importantes da economia. Na semana passada, Coutinho disse a ÉPOCA que, ao contrário do que afirmam seus críticos, o governo busca a parceria com a iniciativa privada – e não sua tutela. E que essa questão é abordada com “uma montanha de preconceitos”. A seguir, os principais trechos da entrevista.

ÉPOCA – Seus críticos dizem que o senhor é um dos cérebros por trás de movimentos para aumentar a presença do Estado na economia...

Luciano Coutinho – Não vejo nenhum avanço da estatização no país. O que há é uma mudança de orientação, na qual, inclusive, o setor privado é um protagonista-chave.

ÉPOCA – Qual é a nova orientação?

Coutinho – Trazer a iniciativa privada para criar estruturas novas, e não para alienar ativos existentes (*privatizar*). Mobilizar todos para um novo ciclo de investimentos, especialmente na área de infra-estrutura.

ÉPOCA – O lançamento de uma nova política industrial, semanas atrás, trouxe de volta as críticas à intervenção do Estado na economia. Por que o país precisa de uma política industrial?

Coutinho – Sobre essa questão há uma montanha de preconceitos. Uma parte da crítica liberal é desinformada. É uma crítica que nem sequer estudou a realidade do que é praticado em vários países. As economias desenvolvidas dão tratamento fiscal favorecido à inovação tecnológica. Nos Estados Unidos, por exemplo, não existe uma política industrial explícita. Mas eles têm a política do Departamento de Defesa, da Nasa (*agência espacial*), do National Institute for Health (*agência de saúde*), que despejam uma quantidade extremamente relevante de subsídios no desenvolvimento de tecnologias. É bom que fique claro: não estamos propondo dirigismo, escolha de favoritos ou subsídios discriminatórios. Quem investir em tecnologia e desenvolvimento terá incentivos do governo. ►



QUEM É

Doutor em economia pela Universidade Cornell, nos EUA, 61 anos, é professor convidado da Universidade de Campinas

O QUE FEZ

Foi secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia do governo Sarney. Antes de chefiar o BNDES, era consultor de empresas

O QUE PUBLICOU

Muitos artigos e três livros. O mais conhecido deles é o *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*

Foto: Daryan Dornelles/ÉPOCA



POLÍTICA INDUSTRIAL

ÉPOCA - Se não haverá escolha de favoritos, por que o governo se empenha tanto na fusão da Oi com a Brasil Telecom, duas operadoras de telefonia privadas?

Coutinho - Não há nenhuma pressão. Essa proposta veio do setor privado e é racional do ponto de vista empresarial. Estou convencido de que a fusão dessas empresas acirrará a concorrência no setor em benefício dos consumidores.

ÉPOCA - Mas o governo quer até mudar as regras em vigor para permitir o negócio, hoje proibido (uma operadora de telefones de uma região não pode comprar a de outra região, caso da Oi e da Brasil Telecom).

Coutinho - Esse negócio depende de um processo aberto, transparente e de consulta pública. Pode, até mesmo, não se realizar. Se vier a ser aprovado, vai permitir o fim de um conflito entre os sócios, com a saída dos que não queriam continuar na Oi (a GP Investimentos, o Citigroup e o banco Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas) e a permanência dos que têm um compromisso estratégico com o setor (grupos Andrade Gutierrez e La Fonte). O conflito entre eles levava o mercado a prever um futuro pouco alvissareiro para elas.

ÉPOCA - No passado, o interesse nacional e a política industrial foram usados como pretexto para proteger empresas ineficientes, para salvar empresários quebrados. Nesse tempo, o BNDES era chamado de hospital de empresas. Como evitar que isso se repita?

Coutinho - Uma parte dos erros do passado veio do fato de que a economia brasileira era excessivamente protegida. Por tarifas alfandegárias muito altas ou por mecanismos de proteção especiais, como subsídios. Esse aparato de proteção foi substancialmente reduzido. O empresário brasileiro está submetido a uma intensa concorrência global. As empresas que venceram nesse clima de abertura econômica e de forte concorrência são competentes. Portanto, a margem de erro na política de apoiar essas empresas é muito pequena. Porque você não se baseia num quadro de artificialismo, mas numa realidade de mercado.

ÉPOCA - E o hospital BNDES?

Coutinho - Isso de hospital de empresa é uma coisa do passado, que há muito tempo não é praticada. O que não significa que, dentro das regras de mercado,

e existe até uma nova lei de falências para isso, não se deva buscar recuperar empresas que estejam em dificuldade. Não por meio de mecanismos espúrios de proteção, mas por mecanismos de mercado. Para isso existe a lei e para isso o mercado desenvolveu bancos de investimento e determinados advisers (*consultores*) especializados nessas operações.

ÉPOCA - Então, esse não seria um papel do BNDES. Seria do mercado...

Coutinho - Não, não seria papel do BNDES. Mas, obviamente, dentro de condições de mercado o BNDES pode apoiar o resultado. Não é ilícito que o faça.

“NÃO PROPOMOS DIRIGISMO, ESCOLHA DE FAVORITOS OU SUBSÍDIOS DISCRIMINATÓRIOS. QUEM INVESTIR EM TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERÁ INCENTIVOS”

ÉPOCA - Como a indústria estrangeira entra nos planos?

Coutinho - Fazer política de desenvolvimento ignorando a contribuição da empresa estrangeira é uma tolice. Mas de que forma? Apenas para fazer o convencional? Não. Queremos que a empresa estrangeira aprofunde a qualidade do que faz no Brasil e desenvolva atividades mais sofisticadas. A nova política industrial acolhe um papel destacado nos setores em que a empresa estrangeira é dominante, com estímulo à inovação no país. Agora, é preciso reconhecer que em vários setores o Brasil tem uma estrutura empresarial de capital nacional que amadureceu e é competente. Eu não vejo nada de errado em apoiar essa estrutura, desde que baseada na competitividade, na competência, e não em artificialismos. Temos vários setores

que merecem o apoio para que possam se fortalecer.

ÉPOCA - A volta da inflação o assusta?

Coutinho - Todo mundo está preocupado, mas não alarmado. Sabemos que a inflação será mantida sob controle. A gente vê o Banco Central e o Ministério da Fazenda atentos e o presidente Lula determinado a não permitir a volta da inflação. O fundamental é que a política de controle da inflação não desmonte o ciclo de crescimento da economia. Porque é pelo aumento do investimento que se aumenta a oferta. Assim se previnem tensões de preço.

ÉPOCA - Depois da operação Santa Tereza, em que a Polícia Federal investiga supostas irregularidades em financiamentos do BNDES, o senhor anunciou que auditará os empréstimos suspeitos. Qual foi o resultado?

Coutinho - Não se pode divulgar isso porque estamos colaborando com a polícia. Mas não há nenhum indício, nem interno nem da polícia, de envolvimento de alguém do BNDES. O que havia aí era um esquema fora do banco que vendia ilicitamente supostas facilidades até agora não comprovadas. Eu fico muito feliz com isso, porque é uma demonstração da seriedade do BNDES, de que ele é uma instituição limpa, séria, honrada. Acho lamentável tudo isso e por isso estamos aproveitando para fazer uma revisão muito rigorosa dos códigos de conduta, dos códigos de ética, especialmente dos membros do conselho de administração. Vamos propor critérios novos e muito rígidos para os membros do conselho de administração.

ÉPOCA - Deve ser duro ter de conviver com pessoas que estão ali apenas por critérios políticos...

Coutinho - O problema não é só esse, de indicação política. O problema é definir o que um membro do conselho de administração pode ou não pode fazer. Esses critérios serão devidamente apresentados, mas é óbvio que membros do conselho de administração não deveriam nem poderiam ficar intercedendo ou tomando informações sobre operações do banco. Vamos estabelecer uma blindagem muito forte, até porque, no corpo funcional, na diretoria, as regras já são muito rígidas. Queremos agora que essas regras sejam estendidas ao conselho de administração. ♦